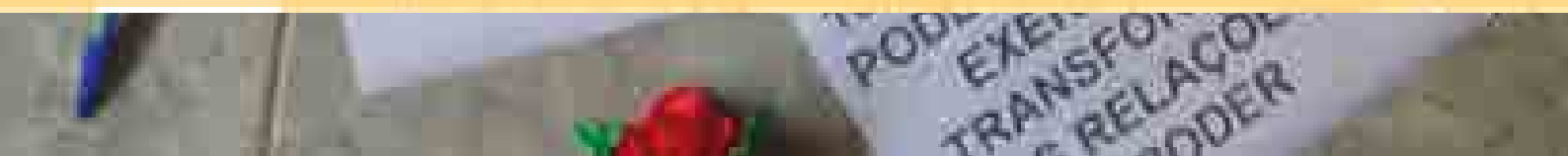
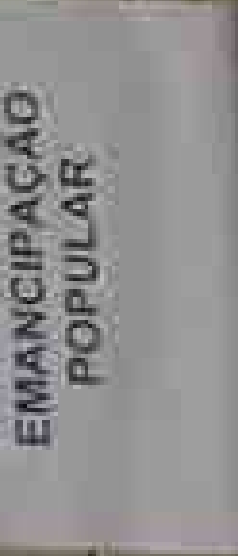




A DIMENSÃO ORGANIZATIVA E DE GESTÃO





Este capítulo tem por objetivo descrever sobre a Dimensão Organizativa e de Gestão da Rede de Educação Cidadã, período de 2011-2014. Esse propósito será materializado no processo de sistematização com os diferentes grupos com os quais a RECID desenvolve educação popular no Brasil (mulheres, LGBT, juventude, acampados e assentados, catadores(as), população de periferia etc.), tendo em vista a análise crítica e o repensar das práticas na construção da política de educação popular.

Para chegar à reflexão pretendida nesta descrição, os seguintes instrumentos foram consultados: Plano Político-Pedagógico e Organizativo da RECID para o triênio 2012-2014, focando nas diretrizes da organicidade e nos critérios para a contratação de novos(as) educadores(as); Cadernos de Gestão Compartilhada 2011-2014 elaborados pelo CAMP; Relatórios dos Encontros de Gestão 2011-2014; Cartas Circulares e outros textos afins. Os dados estatísticos do público envolvido, direta e indiretamente nas práticas sociais do período atual (encontros intermunicipais, oficinas, encontros de gestão e outras reuniões), foram encontrados nos arquivos do CAMP.

Tendo presente o enorme desafio que significa colocar em prática uma organicidade e gestão que se pretende compartilhada entre tantos sujeitos e movimentos sociais em todo o território nacional, esperamos que esta narrativa forneça elementos que chamem a atenção para algumas questões que devem ser consideradas no balanço projetivo desse período e mais amplamente nas reflexões sobre os desafios da trajetória da RECID para o futuro.

Desde a sua gênese, em 2003, a RECID vem se debatendo com a questão da organicidade e de gestão compartilhada, conjugada com as dimensões pedagógica e política. Isso se dá por várias razões. Lembremos, pois, que a RECID nasceu forjada no desafio da mobilização social ligada às políticas básicas que asseguram direitos humanos fundamentais para a classe trabalhadora, sobretudo do combate à fome. Ao ser conquistado esse importante espaço de formação humana para milhares de pessoas, excluídas de direitos em todo o território nacional, a RECID assume a corresponsabilidade de participação de gerir esses recursos de forma transparente, colegiada, democrática e ética. Essa determinação/convicção transforma-se em *princípio*, seguido de *diretrizes*, no Projeto Político-Pedagógico/2007, assegurado e no período atual. Eis o princípio:

Estruturar, fortalecer e garantir a Identidade da Rede de Educação Cidadã em um processo de gestão política colegiada, pedagógica e econômica, compartilhada, alternada, horizontal e transparente, evitando estruturas hierárquicas de poder (11º princípio: identidade, horizontalidade e organicidade da Rede).

E como diretrizes:

- Estabelecer e fortalecer espaços e meios para assegurar a democratização da comunicação, informação e partilha de conhecimento e das experiências em toda a Rede de Educação Cidadã, considerando as potencialidades locais.

- Fortalecer e ampliar espaços de discussão para tomada de decisões, explicitando os conflitos e problematizando as relações de poder na Rede de Educação Cidadã.

- Estruturar, fortalecer e garantir a identidade da Rede de Educação Cidadã, em um processo de gestão política colegiada, pedagógica e econômica, compartilhada, alternada, horizontal e transparente, evitando estruturas hierárquicas de poder.

- Garantir e aprofundar a construção da autonomia e da sustentabilidade da Rede de Educação Cidadã, respeitando as especificidades regionais e estaduais.

- Garantir a organicidade e a sustentabilidade da Rede de Educação Cidadã, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2007, p. 26).

Dito isso, vale salientar que entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2012, a RECID se propôs a uma ampla avaliação e sistematização de propostas sobre a política de organicidade. Desse processo coletivo, crítico e propositivo, resultou a construção e aprovação das diretrizes da organicidade e a nova política para esse campo no triênio 2012-2014. Isto é, o Plano Político, Pedagógico e Organizativo, aprovado no 11º Encontro Nacional, a partir das contribuições de educadores(as), em março de 2012 (p. 36). Portanto, vários elementos para esta descrição narrativa são extraídos desse importante documento, sem o qual não se chegaria aos avanços pretendidos no período atual.

Tendo por pressuposto o princípio: *Identidade, Horizontalidade e Organicidade*, assumido no Projeto Político-Pedagógico em 2007, a RECID no período atual organiza sua política de gestão compartilhada em cinco linhas, fundamentais e complementares: sustentabilidade, marco regulatório, compartilhamento, autonomia, acompanhamento pedagógico (PPPO, 2012-2014, p. 27-29). Desse modo, compreende a gestão compartilhada como:

Forma de planejamento, utilização e prestação de contas dos recursos aplicados nas ações da RECID. Não é um fim em si, mas um instrumento para promover a participação dos(as) educadores(as) e sua corresponsabilidade em todo o processo de gestão. Por ser assim, relaciona-se intimamente com todos os processos pedagógicos e organizativos da rede e toda legislação vigente relativa ao acesso, operacionalização e prestação de contas de recursos públicos (BALANÇO, 2011, p. 9).

Diretrizes da organicidade da RECID

Em linhas gerais, a Rede de Educação Cidadã fez a opção política de se organizar da seguinte forma:

I – Organização local/municipal

Grupos de base: são grupos identificados pelas RECIDs locais, nas diferentes comunidades urbanas e rurais e em situação de vulnerabilidade social. A partir dessa identificação desencadeia processos de formação continuada na perspectiva da educação popular, libertadora. Isso se dá através das oficinas de formação.

II – Organização estadual

Coletivo estadual: “é constituído por educadores(as) militantes e representantes dos vários espaços de articulação que compõem a RECID em cada estado. É o espaço onde se dá a articulação das decisões políticas e pedagógicas do estado, balizadas pela vivência, animação e avaliação do planejamento estadual, dos processos de gestão compartilhada em diálogo com os encaminhamentos nacionais – ações e metas do convênio e o Plano Nacional de Formação. Cabe a esse coletivo, a partir dos critérios estabelecidos, fazer a seleção dos novos educadores” (PPPO, 2012-2014, p. 30).

Fazem parte desse coletivo os(as) educadores(as) contratados e não contratados, Entidade Âncora Estadual, representantes dos movimentos sociais e organizações populares que compõem a RECID no estado. Os(as) educadores(as) contratados são pessoas que assumem o papel de conduzir, dinamizar e organizar, em consonância com as definições do coletivo estadual, do planejamento estadual e do trabalho de base, fazendo as ações da RECID chegar de fato aos grupos, às comunidades e, a partir do diálogo com eles e a realidade local, desencadear um processo formativo, visando à organização social pretendida.

Educadores(as) populares participantes da RECID

Contudo, há que se dizer que participam da RECID educadores(as) contratados e voluntários / militantes. A contratação dos primeiros é feita pela Entidade Âncora Nacional por meio de editais públicos. Com o objetivo de auxiliar e orientar essa seleção, a RECID constrói alguns critérios que balizam e asseguram as definições construídas no PPP/2007.

Quanto aos(às) educadores(as) militantes *não contratados(as)*, são sujeitos sociais identificados com o projeto e a missão da RECID, vinculados a alguma entidade ou movimento social que a compõe, e dedicam tempo especial às ações que a mesma realiza.

III – Organização macrorregional

Encontro macrorregional (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste): encontros dos quais participam educadores(as) indicados(as) pelos estados da macrorregião, a partir de critérios estabelecidos, com a finalidade de planejar, trocar experiências, estudar e avaliar a caminhada, fortalecendo a RECID nas regiões. Nesse espaço são escolhidos e referendados os representantes da macrorregião para a comissão nacional.

Ainda há a articulação macrorregional – espaço onde os(as) educadores(as) se encontram em sua macrorregião para encaminhar e gerir coletivamente os processos políticos e pedagógicos, acompanhar os processos organizativos dos encontros macros, em conjunto com o Talher Nacional e Comissão Nacional.

IV – Organização nacional:

Essa organização se dá através do encontro nacional, das reuniões ampliadas nacionais, do coletivo nacional e da comissão nacional, sendo que cada um tem atribuições específicas.

Encontro Nacional – constituído com a participação de 3 a 5 educadores(as) de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal, Comissão Nacional, Talher e Entidade Âncora Nacional.

Reuniões Ampliadas Nacionais – reuniões com participação dos(as) educadores(as) de referência, um(a) educador(a) de cada estado, contando com a Comissão Nacional – mais o coletivo nacional (CN/TN/CAMP).

Coletivo Nacional – colegiado de coordenação política e pedagógica da RECID, composto por representantes da Entidade Âncora Nacional, Comissão Nacional e Talher Nacional.

Comissão Nacional – equipe formada por 12 educadores(as) das cinco macrorregiões distribuídas na proporção: Norte e Nordeste com 3 educadores(as),

Sul, Sudeste e Centro-Oeste com 2 educadores(as).

Talher Nacional – equipe do Governo Federal, inserida na Secretaria Geral – Secretaria Nacional de Articulação Social – Departamento de Educação Popular, sediada em Brasília, composta por educadores(as) com histórico e trajetória de militância na Educação Popular junto à organizações e movimentos sociais.

Entidade Nacional – é ou são as que assumem participar do PROJETO da RECID, fazendo a gestão nacional junto ao órgão repassador dos recursos públicos do Estado, tendo que prestar contas através do SICONV.¹⁷ Essa entidade é escolhida por meio de edital público.

Nessa organização ainda há o *secretariado nacional*, formado por educadores(as) contratados(as), cuja tarefa é apoiar e contribuir efetivamente nos processos pedagógicos, de comunicação, gestão e encaminhamentos gerais da RECID em todo o Brasil. Esses são desafiados a participar das equipes de trabalho do coletivo nacional (pedagógica e de comunicação, gestão e articulação política).

Com essa forma de organicidade e gestão, a RECID se diferencia da concepção hierárquica de gestão, comum e usual em muitas instituições, cujo método contraria os princípios da educação popular que a sustenta, e ao mesmo tempo assegura o trabalho pedagógico, político e organizativo na base. Desde esse princípio organizativo, construído na prática entre os vários atores do projeto (sociedade civil e Estado), a RECID vai construindo um aprendizado humano que lhe permite alcançar uma nova forma de organização e gestão, responsável por uma complexa e instigante articulação política em nível nacional. A formulação teórica que lhe dá suporte (pé dentro, pé fora), agregando educadores(as) contratados(as) e voluntários, movimentos sociais e populares, construindo diferentes práticas sociais, em todo o território nacional, é esforço e mérito dela própria. Por isso, a sua contribuição no campo de trabalhar os conflitos advindos dessa relação é valiosa e inovadora, sobretudo porque responsabiliza inúmeros(as) educadores(as) para o uso legítimo, correto e ético dos recursos públicos destinados a esse projeto. Há alguma dúvida que esse é um aprendizado para a vida?

Sobre esse ponto, ainda encontramos:

Outro princípio fundamental é o da corresponsabilidade, trazendo, aos envolvidos nas ações, a condição de protagonistas e não apenas de participantes. Deste modo, a execução das ações torna-se corresponsabilidade de educadores(as) populares, e entidades gestoras (estadual e nacional). Para que haja esta transversalidade, o planejamento de todas as ações requer ampla participação, bem como a tomada de decisões deve ser coletiva (CADERNO DE GESTÃO COMPARTILHADA, 2011, p. 22).

¹⁷ O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) foi criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem como uma das finalidades facilitar as apresentações de projetos aos programas ofertados pelo Governo Federal.

A organicidade e a gestão tratada nos encontros de gestão

Conforme vimos, a organização nacional se dá através do Encontro Nacional, constituído com a participação de 3 a 5 educadores(as) de cada um dos 26 Estados e do Distrito Federal, Comissão Nacional, Talher e Entidade Âncora Nacional.

Nessa direção, no período de 2011-2014, a Entidade Âncora Nacional conveniada com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) realizou quatro Encontros Nacionais de Gestão Compartilhada, dos quais resultaram registros valiosos para a memória.

- V Encontro Nacional de Gestão Compartilhada – Luziânia, Goiás, 2011;
- VI Encontro Nacional de Gestão – Luziânia, Goiás, 2012;
- VII Encontro de Gestão Compartilhada da RECID – “A gestão compartilhada como uma dimensão político-pedagógica”, Brasília, 2013;
- o Encontro Nacional de Gestão de 2014 foi realizado em forma de Reunião Ampliada/Gestão, em Brasília, em abril.

Para se entender o significado e a importância desses encontros, cabe trazer os objetivos, a metodologia e o conteúdo específico de cada um.

V Encontro Nacional de Gestão Compartilhada – 2011

Há que se destacar nesse encontro a expectativa que havia entre os participantes em relação à nova Entidade Âncora Nacional e ao Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). Sua primeira experiência foi com o Instituto Paulo Freire (IPF), de São Paulo. Naturalmente, algumas mudanças eram esperadas e, por isso, a apreensão era normal.

Esse encontro teve por objetivo geral: projetar e fazer acordos sobre o novo convênio e consolidar a avaliação da política de gestão/sustentabilidade. E por objetivos específicos: fazer o resgate do projeto histórico/político da RECID; refletir sobre a concepção da gestão compartilhada da RECID; reelaborar os instrumentos da gestão; consolidar o acúmulo da gestão compartilhada/sustentabilidade e a avaliação; elaborar proposta de diretrizes (gestão/sustentabilidade e organicidade) para o encontro nacional (RELATÓRIO V ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO COMPARTILHADA, 2011, p. 3).

O grande destaque desse encontro foi o debate do programa “Brasil sem Miséria”, lançado pelo Governo Federal.¹⁸ Considerando, sobretudo, o con-

¹⁸ O programa *Brasil sem Miséria* foi lançado oficialmente no dia 02 de junho de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e tem como meta beneficiar um público de 16,2 milhões de brasileiros, agregando transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O plano muda a estratégia do Governo Federal para superação da extrema pobreza, modificando alguns pontos do programa *Bolsa Família*. Uma das principais alterações é o aumento no limite de filhos (até 15 anos) para o cálculo do benefício. Com a alteração, 1,3 milhão de crianças e adolescentes serão incluídos no *Bolsa Família* (Fonte: www.brasilsemmiseria.go.br).

vênio com nova Entidade Âncora e a necessidade da integração de novos(as) educadores(as), foi feito o resgate do projeto histórico da RECID, a contextualização da parceria/convênio com o CAMP e o contexto atual do Talher Nacional. A partir do aprofundamento em grupos das temáticas/desafios (a – vivenciar a organicidade horizontal e a gestão compartilhada; b – alteração do marco regulatório; c – acompanhamento Pedagógico; e d – sustentabilidade), foi construída a síntese da avaliação da gestão, apontando para a formulação das diretrizes da organicidade, tratadas acima. Outra questão de destaque foi a Roda de Conversa sobre o Marco Regulatório e SICONV, com a assessoria de Edson Pistori, da Escola Nacional de Educação Pública (ENAP), Aldiza Soares da Silva e Silvio Sant’Ana, da Fundação Grupo Esquel Brasil.

Pelo conteúdo do debate contido no relatório desse encontro, é visível a preocupação, legítima e ética da RECID no que se refere aos procedimentos pedagógicos e financeiros da gestão compartilhada.

VI Encontro Nacional de Gestão – 2012

Após catorze meses de vivência das decisões tomadas, reflexões do papel da RECID em torno da organicidade e gestão compartilhada na relação com o CAMP, é pensado e organizado o VI Encontro Nacional, com os objetivos de: conhecer o contexto e as condições – relação Estado e sociedade civil e o Marco Regulatório das organizações da sociedade civil (OSCs) – para construção do novo projeto da RECID; fazer o resgate histórico do projeto político e organizativo da RECID para o triênio 2012-2014; formular a proposta do próximo projeto para 2013 a partir do contexto e do plano trienal da RECID.

O encontro girou em torno de três grandes *rodas de conversas* – uma metodologia de educação popular que busca a participação direta de todos, com autonomia e liberdade.

Primeira roda de conversa: marcos históricos do relacionamento entre organizações da sociedade civil e Estado no Brasil e o Marco Regulatório atual, que teve como assessores e coordenadores dos debates: Rogério Medeiros e Lais Lopes, da Secretaria-Geral, e Alexandre Ciconello, que atuou na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e, atualmente, encontra-se no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Segunda roda de conversa: Marco Regulatório atual e condições objetivas do novo projeto da RECID. Essa roda foi conduzida por Marcel Farah e Ana Túlia, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Kátia Grams, da Secretaria de Direitos Humanos.

Terceira roda de conversa: Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais. Thiago Garcia, da Secretaria-Geral da Presidência da República, coordenou o debate.¹⁹

Atendendo aos objetivos propostos para o encontro, o projeto atual foi avaliado a partir de três olhares: CAMP, SDH e RECID/Educadores(as).

Em que pese o desafio que se constituiu entender a dinâmica e caminhar na relação política, pedagógica e de gestão com a nova Entidade Âncora Nacional, a avaliação feita pelas entidades envolvidas no convênio foi considerada positiva e com perspectiva de continuidade para o segundo ano do convênio.

VII Encontro de Gestão Compartilhada da RECID: “A gestão compartilhada como uma dimensão político-pedagógica” – 2013

Interessante perceber que diferentemente dos demais encontros nacionais de gestão, este traz uma especificidade no próprio título: “A gestão compartilhada como uma dimensão político-pedagógica”. E, pelos registros, é um encontro esperado com expectativas,

É tempo de reafirmar o nosso compromisso coletivo para darmos continuidade nesta caminhada recidiana. Portanto, informamos a todos(as) acerca da realização do VII Encontro Nacional de gestão, que ocorrerá de 15 a 17 de maio em Brasília/DF, com a participação de duas pessoas por estado (a educadora ou educador da gestão e o/a representante da entidade âncora) juntamente os(as) integrantes da Comissão Nacional, Talher Nacional/SGPR, CAMP, SDH e Secretariado. O encontro tem como objetivo consolidar a gestão compartilhada como uma dimensão político/pedagógica da RECID e atualizar os acordos sobre o novo convênio seus mecanismos e instrumentos de funcionamento, a partir do balanço e avaliação do período anterior (CARTA CIRCULAR²⁰ n° 03, 2013).

Pelo relatório é possível perceber que o encontro trabalhou o balanço e a avaliação do último convênio, realizado por regiões, e fez uma roda de conversa com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, sobre sustentabilidade, gestão compartilhada e relação com o Estado, uma questão polêmica e exi-

¹⁹ Para quem desejar ler toda a reflexão advinda dos debates em torno desses três temas, podem ser encontrados no Relatório do VI Encontro Nacional de Gestão, 2012, disponível no site da Recid (www.recid.org.br).

²⁰ Cartas circulares – são registros primorosos, que relatam e informam aos(as) educadores(as), em linguagem popular, o conteúdo, a metodologia e os debates ocorridos nas reuniões do Coletivo Nacional. Essas cartas circulares guardam forte relação com as cartas pedagógicas de Paulo Freire, prática já incorporada pelos(as) educadores(as) da RECID.

gente, que acompanha e desafia a RECID desde a origem. Os procedimentos pedagógicos e financeiros da gestão compartilhada propostos no convênio voltam novamente ao debate. Esse debate não se esgota nunca, haja vista a responsabilidade compartilhada entre entidade âncora nacional, entidades âncoras estaduais e educadores(as) que têm o compromisso de administrar um valor expressivo de recursos públicos com a formação humana de milhares de pessoas em todo o Brasil. Não obstante, a proposta de gestão compartilhada da RECID, tem gerado um aprendizado singular.

Como de costume, passado um ano do 2º convênio, o CAMP também faz o seu balanço. O encontro prossegue com outros estudos e debates em torno do papel das ONGs e o Marco Regulatório.

Reunião ampliada/gestão – 2014

No ano de 2014, a RECID realizou o seu habitual Encontro Nacional de Gestão, conjugado ao programa da primeira reunião ampliada nacional, entre 03 e 05 de abril de 2014, em Brasília. Tendo em vista contribuir com o debate da gestão compartilhada, a equipe pedagógica da RECID/CAMP elaborou um texto/carta intitulado: *Desafios, avanços e limites*.

Na ótica da equipe pedagógica do CAMP, cuja responsabilidade é fazer a análise pedagógica das atividades estaduais, a gestão compartilhada se organiza em três níveis de relações: a) intracoletivo; b) entre coletivo e entidade âncora; c) entre gestor/equipe de gestão e entidade âncora nacional.

Vale lembrar que o referido texto foi estudado no encontro, suscitando um bom debate em torno da proposta de gestão compartilhada, tendo presente o expressivo número de pessoas envolvidas e tomando decisões num processo de gestão que se constrói desde as bases. De acordo com Daniela Tolfo, coordenadora do CAMP no atual convênio: “para fazer gestão compartilhada e coletiva, todas as pessoas envolvidas diretamente com a RECID têm que entender o todo do processo, para não ser centralizada em uma pessoa somente” (RELATÓRIO REUNIÃO AMPLIADA/GESTÃO, 2014, p. 9).

Pelo relatório, é perceptível que as questões formuladas, com indícios de análise, provocaram um debate fecundo. Numa relação franca e sincera entre todo o coletivo, responsável direto pela gestão dos recursos públicos disponibilizados para o trabalho de formação humana, há consenso de que nos três níveis – intracoletivo, entre coletivo e entidade âncora e entre gestor/equipe de gestão e entidade âncora nacional – deverá haver mais diálogo, mais socialização e entendimento sobre todo o processo, porque, sabe-se, a RECID está sendo ousada ao propor essa forma de gestão compartilhada. Conforme foi mencionado,

a RECID, ao manter o princípio da horizontalidade, contraria toda a forma de gestão, hierárquica, comum e usual, assumindo o caráter educativo e inovador do processo.

Na continuidade do encontro, outras três questões continuaram a esquentar o debate: que lutas vivenciamos? Como articulamos com as ações da RECID, como se relacionam com o convênio e suas metas? Quanto à gestão compartilhada, quais limites, desafios e avanços? É preciso olhar para o planejamento e observar/refletir quais são as ações para o próximo período.

Ainda que essa descrição seja praticamente documental, é notável que os quatro encontros de gestão compartilhada, realizados no período 2011-2014, têm se constituído em verdadeiros espaços de formação para os(as) educadores(as). Vale salientar que essa formação se inicia pela disciplina consciente²¹ na preparação anterior a cada encontro, ao escrever um texto para provocar o debate, ao pensar o planejamento e os convites aos assessores, na escolha dos temas e metodologia, assim como na articulação do conjunto dos encontros.

Ainda, é preciso destacar aqui que as questões relacionadas à organicidade e gestão da RECID, a preparação dos encontros de gestão, a troca de Entidade Âncora Nacional e a passagem de um convênio para o outro, aparecem com força nas várias cartas circulares que se pretendem comunicar aos(às) educadores(as) da RECID, todas as decisões tomadas nas reuniões ampliadas.

Importa salientar que os encontros de gestão de 2011, 2013-2014 mereceram de parte da Entidade Âncora Nacional a formulação de orientações específicas (metodologia e conteúdo) para o desenvolvimento do convênio. São eles: Caderno de Gestão Compartilhada, 2011, construído no início do convênio com o CAMP, em preparação ao V Encontro Nacional de Gestão Compartilhada, 30 de maio a 02 de junho de 2011; e Caderno de Gestão Compartilhada, 2013/2014, abril de 2014, documento que atualiza o conjunto de informações e orientações para o período do novo convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Entidade Âncora Nacional (CAMP).

²¹ A disciplina consciente é, portanto, a preparação da consciência para que esta sim seja o fundamento da conduta e do comportamento. Nesse sentido, a disciplina se manifesta nas atitudes e preocupações com: a) a eficiência no fazer bem-feito; b) no compromisso com a organização e o projeto; c) na pontualidade na realização das tarefas; d) na coerência em todos os momentos, seja na história, na política e na moral; e) no respeito ao coletivo, no sentido de que em primeiro lugar deve-se defender e cumprir com as decisões coletivas da maioria da organização. A disciplina é uma opção feita pela consciência. Esta precisa ser permanentemente aprofundada para que não estacione nem regrida. O estudo, o planejamento e a ação são os elementos que permitem fazer com que a força das ideias supere as ideias da força (BOGO, Ademar. *A consciência e a disciplina*. Manuscrito, fevereiro, 2008).

O Caderno de Gestão Compartilhada é um guia de como realizar as diversas atividades do Projeto Educação, Cidadania e Direitos Humanos: conectando redes e saberes (778677/2012 CAMP/SDH/PR) que tem como um dos objetivos fortalecer as ações da Rede de Educação Cidadã (CADERNO DE GESTÃO COMPARTILHADA, 2013-2014, p. 3).

A organicidade da RECID beneficia a quem?

Neste ponto trataremos especificamente dos resultados obtidos com a política dessa dimensão. Para isso, perguntamos: a quem se destinam os benefícios da organicidade da RECID? Em que condições de vida humana se encontram os sujeitos sociais alcançados pelas ações da RECID nos 491 municípios, de um total de 5.565 em todo o Brasil? Conforme sistematização feita:

Encontramos rostos humanos de pessoas aguerridas, refeitos, entusiasmadas. Portadoras de boa dose de esperança e de otimismo. A maioria são mulheres, com alguma ou quase nenhuma escolaridade, que se deixam mover pela mística que nos arranca do egoísmo individual e nos coloca na luta e na prestação de serviço ao outro. Com estas pessoas precisamos andar de mãos dadas, e respeitá-las. Já sabem que “outro mundo é possível”, e que serão elas e eles seus construtores (Sem cercas e muros: a educação popular no meio do povo, 2012, p. 10).

Os princípios políticos, pedagógicos e de gestão compartilhada que originaram a RECID em 2003, uma Rede de Educação Cidadã, a serviço daquele povo, desprovido de condições dignas de vida, foram consolidados e radicalizados na prática de atendimento e envolvimento de milhares de pessoas no período 2011-2014. Isso é visível, sobretudo, nos documentos que traduzem teoricamente a concepção de gestão compartilhada, construída desde a própria prática no trabalho popular. Esses documentos evidenciam que, ao exercitar-se na tarefa de gerir recursos públicos para o bem comum, ela foi também agregando novos sujeitos, movimentos sociais e outras entidades nesse projeto de humanização das pessoas.

A mágica que a RECID faz Brasil afora, se explica pelas características dos componentes dos coletivos estaduais e pela mística que os mesmos alimentam da Educação Popular e da transformação social. Com mais ou menos consciência disso, os(as) educadores(as) da Rede mobilizam números expressivos de homens, mulheres, crianças e jovens de todos os cantos, étnicas e credos e tocam sensível e politicamente estas pessoas (CAMP, 2014, p. 19-20).

Pela forma de organicidade e gestão compartilhada, ela envolve e põe em movimento educativo inúmeras pessoas, direta e indiretamente. Precisamente no período de 2011-2014, a Entidade Âncora Nacional envolveu na equipe de gestão em torno de 19 trabalhadores(as), profissionais em cada convênio. A estes cabe assegurar toda a dimensão legal que exige um convênio desse porte e complexidade, com prestação de contas pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV). Ainda há espalhados em todo o território nacional 186 educadores(as) contratados, construindo as ações da RECID, com inúmeros(as) educadores(as), militantes e voluntários, que comungam com o projeto da rede de educação cidadã, e por isso a ela se aliam.

Outro espaço que movimenta pessoas são as reuniões ampliadas nacionais, que acontecem duas vezes ao ano com a participação da Comissão Nacional (CN), o Talher Nacional (TN), Entidade Âncora Nacional e um(a) educador(a) de cada estado.

Quanto às oficinas de formação, de acordo com o Relatório da Gestão da Informação da RECID/CAMP/2012, lembremos que, em 2011, foram realizadas 2.292 oficinas no total do convênio. Destas, 540 foram sistematizadas²², das quais participaram 12.832 pessoas, em 200 municípios e 22 estados, sendo a maioria mulheres. Portanto, entre 2011 e 2012, foram realizadas 4.152 oficinas, com 92.314 mil participantes, entre estes, 57.681 mulheres e 34.633 homens, em 491 municípios das cinco regiões do país, de um total de 5.565 municípios. Entre 2013-2014, realizaram-se 5.104 mil oficinas pedagógicas, com participação de cerca 20 pessoas em cada uma, isto é, em torno de 100 mil pessoas foram envolvidas nessa formação.

Outro espaço singular de formação proporcionado pela RECID nos últimos quatro anos se deu com a participação de 8 mil e 100 participantes nos encontros intermunicipais realizados nas cinco regiões do país.

Conforme visto, nesse período foram realizados quatro encontros de ges-

²² RECID/CAMP. *Sem cercas e muros: a educação popular no meio do povo – análise do processo pedagógico das Oficinas da RECID*. Brasília, DF, 2012.

tão compartilhada, reunindo de 3 a 5 educadores(as) de cada estado e Distrito Federal. Portanto, em cada um deles participaram em torno de 60 educadores(as). No total de quatro encontros, cerca de 240 educadores(as) participantes, além do CN, TN e Talher Nacional. Somando-se a esses números, nas 4 etapas das cirandas de educação popular, participaram cerca de 320 educadores(as).

De acordo com o texto da Dimensão Política, destaca-se o Encontro com os Movimentos Sociais, questões e desafios atuais, em outubro de 2011, e o Encontro das Juventudes, em janeiro de 2013, ambos realizados em Brasília. Estima-se que em torno de 500 sujeitos sociais se envolveram nesses encontros. Nesse sentido há que se reconhecer o envolvimento expressivo de diferentes organizações, especialmente nas ações e práticas sociais realizadas nos estados com movimentos sociais de expressão nacional, movimentos estudantis, instituições do campo popular locais e organizações vinculadas às políticas públicas.

Pelo envolvimento qualitativo e quantitativo de sujeitos sociais nas ações do último período da RECID, percebe-se que seu compromisso com a base foi se ampliando e se consolidando à medida que a Dimensão Organizativa e de Gestão Compartilhada foi sendo apropriada por um número maior de pessoas envolvidas no convênio.





SEGUNDA PARTE

